

Josemar Gonçalves



O relator quer rejeição em bloco e explica sua proposta a José Lourenço, líder do PFL

Sistematização amplia direito ao piso salarial

Os trabalhadores obtiveram ontem, mais duas conquistas nas votações realizadas à tarde pela Comissão de Sistematização: a inclusão no piso salarial na Constituição,



como forma de diminuir a rotatividade, e a proibição de discriminação salarial no acesso ao emprego por motivo de sexo, cor e estado civil.

O piso salarial já existe para várias categorias, mas sua transformação em princípio constitucional, válido para todos, visa a ampliar a garantia de emprego para os trabalhadores. Segundo o deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), que defendeu a emenda do deputado Paulo Paim (PT-SP), o objetivo é "criar um empecilho a rotatividade, pois ao demitir um empregado, o patrão não poderá

substituí-lo por salário inferior ao piso". Para ele, é um mecanismo para terminar com as demissões que ocorrem só para diminuir o salário.

A emenda foi aprovada por 54 votos a 36, e o relator, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), votou contra. Com essa decisão, a Comissão de Sistematização acrescentou um inciso, de número XXVI, ao artigo 6 do substitutivo de Cabral.

A proibição da discriminação no emprego por motivo de sexo, cor e estado civil também não estava prevista no relatório de Cabral, e com aprovação pela Sistematização, transformou-se no inciso XXVII do projeto que irá ao plenário da Constituinte. A emenda foi apresentada pelo senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), e aprovada por 59 votos a 25.

Carneiro defendeu sua emenda lembrando um caso clássico de discriminação por sexo na admissão: a recusa da Petrobrás em admitir

geólogas aprovadas em concurso público. Ele argumentou também que a Constituição precisa proibir o hábito das empresas de não contratarem mulheres casadas, ou despedir as que se casam, para evitar o pagamento de repouso remunerado durante a licença de gravidez.

Foram rejeitadas pela Comissão duas propostas que permitiam a participação dos trabalhadores no processo de implantação de novas tecnologias que tenham como consequência a dispensa de pessoal, apresentadas pelos deputados Carlos Alberto Caó (PDT-RJ) e Olívio Dutra (PT-RS). Prevaleceu o texto de Cabral, que garante participação ao trabalhador nas vantagens advindas da modernização tecnológica e automação.

A Comissão rejeitou também, por 47 votos a 40, proposta do deputado Eduardo Jorge (PT-SP), garantindo a manutenção no emprego para o trabalhador que se recusar a trabalhar em local perigoso ou danoso à saúde.

Liberdade sindical agitará votações

A votação da "liberdade sindical" promete acirradas disputas na Comissão de Sistematização entre os representantes dos trabalhadores e da classe empresarial. As posições estão definidas: o grupo, liderado pelo PT, lutará pela liberdade e autonomia sindical em todos os níveis, com decisão soberana da assembleia geral da categoria; os empresários defendem a pluralidade sindical como saída para o divisionismo classista e o Grupo dos 32 prefere jogar a matéria para legislação ordinária.

O senador José Richa (PMDB-PR), líder do Grupo dos 32, prega que todas as matérias trabalhistas devem ser objeto de legislação ordinária, e neste sentido já iniciou entendimentos com várias lideranças da Constituinte. Richa, no entanto, considerou que a liberdade sindical deve ficar no meio-termo. "A unicidade sindical só serviu para perpetuar o peleguismo sindical e a pluralidade geraria um anarquismo geral", frisou.

Mas os integrantes do Movimento Unidade Progressista (MUP), pretendem apoiar emenda de destaque do deputado Geraldo Campos (PMDB-DF), que reza pela unicidade sindical. "Não será constituída mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de uma categoria profissional ou econômica", diz a emenda. Defende a proposta o deputado Nelton Friedrich (PMDB-PR), pois para ele, além do objetivo de unificar a categoria é uma tentativa de "criar um mecanismo interno de convivência das relações democráticas dentro da representação sindical".

Por sua vez, o PT quer acrescentar nove parágrafos ao nono artigo do projeto de Constituição, além de suprimir o sexto parágrafo: "Se mais de uma entidade pretender representar a mesma categoria ou a mesma comunidade de interesses profissionais, somente uma terá direito a representação nas convenções coletivas". O PT quer deixar para a assembleia geral de cada categoria a decisão sobre a opção do pluralismo sindical.

"Avulso" pode obter isonomia

A Comissão de Sistematização aprovou ontem à noite por 48 votos contra 30, a emenda do deputado Antônio Carlos Konder Reis (PDS-SC), que prevê a igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo permanente e o "trabalhador avulso" — aquele que presta serviços temporários como os portuários e, em alguns casos, os bóias-frias.

Segundo o autor da proposta — que teve o voto favorável do relator Bernardo Cabral — o "trabalhador avulso nada tem a ver com o autônomo". Explicou que esses trabalhadores normalmente cumprem contratos temporários que são administrados pelo sindicato da categoria. Com a aprovação do inciso todos esses trabalhadores passam a ter direito a dia de descanso semanal remunerado, 13º salário e férias.

Atualmente existem três categorias de trabalhadores na Consolidação das Leis do Trabalho: os celetistas, que têm vínculo em: pregaticio com base na CLT; os autônomos, que trabalham por conta própria; e os avulsos, vinculados ao sindicato, que é responsável pela negociação da remuneração. O deputado Antônio Carlos Konder Reis não esclareceu

de que maneira serão recolhidas (e por quem) as contribuições.

Bom-senso

Apesar da tranquilidade da votação não faltaram os destaques que foram apreciados apesar dos apelos contrários. Um deles foi o do deputado José Geraldo (PMDB-MG), que pretendia alterar a redação do inciso que qualifica como crime a "retenção de qualquer forma de remuneração do trabalho realizado", incluindo a expressão "retenção sem justa causa", que tornaria legítima a retenção do pagamento em alguns casos. Mesmo com a argumentação do líder do PCB, deputado Roberto Freire, que afirmou que a emenda "atenta contra o bom-senso e os princípios fundamentais", José Geraldo preferiu mantê-la e comprovar a rejeição por 50 votos contra 18.

Xerox

Mas a Comissão de Sistematização não tratou ontem apenas da votação do substitutivo. O deputado José Lins (PFL-CE) interrompeu a sessão por quase vinte minutos para discussão de um requerimento, de sua autoria, que atribui à Mesa a responsabilidade de xerocopiar a íntegra dos textos que estão sendo votados.

Aprovados sete incisos

É a seguinte a íntegra dos dispositivos aprovados ontem na Comissão de Sistematização:

XXIII — Participação nas vantagens advindas da modernização tecnológica e da automação;

XXIV — Seguro contra acidentes do trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;

XXV — Proibição de distinção entre trabalho manual, técnico ou intelectual ou entre os profissionais respectivos;

XXVI — Proibição de diferença de salários e de critérios

de admissão por motivos de sexo, cor e estado civil;

XXVII — Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho realizado;

XXVIII — Não incidência da prescrição no curso do contrato de trabalho, até dois anos de sua cessação;

XXIX — Igualdade de direito entre o trabalhador com vínculo permanente e o trabalhador avulso.

§ 1º — A lei protegerá o salário e definirá como crime a retenção de qualquer forma de remuneração do trabalho já realizado.

Cabral quer limite para os destaques

As lideranças partidárias na Constituinte analisam hoje a proposta apresentada pelo relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, que pretende rejeitar em bloco mais de sete mil destaques no substitutivo que está votado desde o dia 24 de setembro. Com isso, Cabral pretende limitar em 206 o número de propostas a serem votadas pela Comissão de Sistematização até o dia 28.

A proposta de Cabral foi apresentada no plenário da Comissão de Sistematização, que por alguns instantes ouviu atentamente a leitura do documento que foi apreciado ontem à noite pela Mesa da Comissão. Segundo o relator, a redução do número de destaques é necessária para evitar "a reabertura de prazos sucessivos para os trabalhos que estão gerando incompreensão da opinião pública" e consequentemente o descrédito da Assembleia Nacional Constituinte.

Todas as lideranças partidárias apoiaram integralmente a intenção do deputado amazonense. A exceção do PFL, os outros partidos consideraram o método apresentado pelo relator "drástico". A deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) — única a se manifestar no plenário em relação ao assunto — questionou a fórmula de Cabral, que acabou colhendo uma nova sugestão: retirada individual de 75% dos destaques.

A proposta anterior do relator previa que as lideranças partidárias escolheriam 206 destaques preferenciais a serem encaminhados para a votação. Esses destaques seriam distribuídos proporcionalmente entre os partidos, sendo dois para o partido com mais de 50 representantes na Comissão de Sistematização e três para partidos com menos de 50 constituintes. Assim o PMDB, que tem 49 representantes, poderia encaminhar 98 destaques, enquanto o PCB, apresentaria, no máximo, seis. Segundo Cabral "isso favorece os pequenos partidos".

O líder do PDS, senador Jarbas Passarinho (PA) criticou a fórmula encontrada pelo relator da Comissão de Sistematização. Na sua opinião, o regimento interno não permite a rejeição em bloco, já que cada uma das propostas tem uma diferença particular. Assim, como um dos vice-presidentes da Mesa, Passarinho acha que a proposta da deputada Cristina Tavares é mais viável: "No momento, só podemos contar com a boa vontade de cada um em retirar os seus destaques", lamentou o constituinte que não acredita no êxito desse trabalho.

Josemar Gonçalves



Richa (D) quer agilizar votação

Progressistas do PMDB vão atuar juntos

Setores progressistas do PMDB reuniram-se ontem de manhã, para definir posição no sentido de agilizar a votação da Comissão de Sistematização, que vem se arrastando lentamente, e tentar entrar os dois grupos que trabalham simultaneamente: o dos 32, formado pelos líderes e vice-líderes, e o grupo de Consenso, liderado pelo senador José Richa (PR).

Os dois grupos chegaram a um acordo e deverão trabalhar conjuntamente. O grupo dos 32 já vem se reunindo sistematicamente todas as manhãs, adiantando a pauta com os devidos destaques das emendas das reuniões vespertinas da Comissão de Sistematização. E o grupo de Consenso deverá ficar encarregado de fazer um levantamento prévio das emendas, discutí-las com o grupo dos 32 e tomar uma posição inicial, impedindo assim que por ocasião da votação, haja discordância entre os constituintes da ala progressista do partido.